

Projeto expande o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher

Pela proposta, conceito abrangerá violência sofrida na comunidade, no local de trabalho, em serviços de saúde ou qualquer outro local

[\(Câmara dos Deputados | 31/08/2020\)](#)

O Projeto de Lei 4286/20 altera a [Lei Maria da Penha](#) para expandir o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Hoje, pela lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Pandemia amplia canais para denunciar violência doméstica e buscar ajuda

[\(Uol | 02/08/2020 | Por Laura Reif\)](#)

Entre as consequências mais graves do isolamento social, medida de proteção contra a pandemia do novo coronavírus, está o aumento dos casos de violência contra mulheres e meninas no Brasil e em diversos países do mundo. De acordo com pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um crescimento de 22,2% de feminicídios entre março e abril deste ano em relação a 2019. Ainda segundo a pesquisa, as mulheres também encontram maior dificuldade em realizar denúncias de violência doméstica

neste momento, o que leva a uma redução dos registros de crimes em delegacias de polícia.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Violência doméstica na favela traz ‘impossibilidade da denúncia já que a polícia não vem até agressor’, diz pedagoga

Ex-vítima e idealizadora de roda de conversas com mulheres, Fabbi Silva tem sua trajetória retratada no filme ‘Histórias para contar’, no Festival do Rio

[\(Universa, 14/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — Numa comunidade em que a polícia não chega, embora a **violência** seja diária, há pouca empatia do sistema de saúde, e as mulheres não têm oportunidade de estudar ou trabalhar, oferecer alguma perspectiva para vítimas de agressão doméstica é um desafio.

A pedagoga Fabbi Silva, 38 anos, conseguiu driblar esses desafios, e o caminho para isso foi a criação de uma rede entre as moradoras da comunidade Parque das Missões, em Duque de Caxias (RJ).

Idealizadora do projeto “Roda de mulheres — Apadrinhe um Sorriso”, ela mesma já havia sido vítima da **violência doméstica**. E foi graças a outras mulheres que, quando as violações aconteciam em sua vida, deu um jeito de sobreviver, estudar, trabalhar e criar o grupo que hoje conta com 64 cadastradas.

Além das rodas, ela criou um chat no Whatsapp para ampliar o campo de ação contra a violência.

— Quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona — conta.

Sua história é retratada no [documentário “Histórias para contar”](#), de Julia Lemos Lima, que será exibido neste fim de semana no **Festival do Rio**.

Você foi vítima de violência doméstica. Como tudo aconteceu?

Minha história é a história de muitas mulheres. Me envolvi muito nova com meu ex-marido, tinha 14 quando comecei a namorar. Aos 17, e ele com 24, fomos morar juntos. Existia uma questão de não poder fazer sexo, eu era evangélica. Minha mãe era do tambor, e quando falei que ia casar, ela perguntou: “Você tá doida?”. Mas é a imaturidade. Quando me casei, ainda estava estudando, terminei o ensino fundamental aos 19. Comecei a trabalhar numa loja e cursava o ensino médio à noite. Foi aí que surgiu o primeiro indício da violência, ainda verbal, para tentar me impedir de estudar, me colocar para baixo. Ele dizia que não tinha necessidade de eu estudar. Foi também meu primeiro enfrentamento contra a igreja e o pastor, que dizia que eu tinha que obedecer meu marido. Era um inferno: ele dizia que eu estava procurando homem, queimou meu caderno, escondia meu anticoncepcional para eu engravidar.

No primeiro encontro, uma delas perguntou: ‘Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?’.

Fabbi Silva, pedagoga.

E quando começou a agressão física?

Fiz um processo seletivo para trabalhar numa creche e, quando foram à minha casa dizer que eu tinha sido aprovada, ele disse que eu não precisava (*da vaga*) e dispensou. Quando fiquei sabendo, tivemos uma das nossas principais brigas. A agressão deixou de ser verbal e passou à física. Ele me pegou e me jogou pro outro canto da sala, aí eu gritei, disse que ele tinha me batido. Ele negava, pois na visão dele bater era deixar de olho roxo. Fui trabalhar, e uma amiga me alertou: “Meu relacionamento era

assim, só agressão verbal até que ele bateu minha cabeça na porta do carro”. Depois que ele exagerava, vinha com ursinho de pelúcia, com um cuidado que eu via que era uma coisa para comprar meu silêncio.

O que aconteceu quando você se formou na escola?

O ensino médio me possibilitou ter um outro olhar tanto para a questão da violência quanto para entender que não acabava ali o meu estudo. Descobri a filosofia, que me abriu os olhos para coisas que a igreja não trazia para mim, então saí da igreja. Ele achava que eu estava “endemoniada”, que tinha que sair do trabalho, que minhas amigas estavam fazendo minha cabeça. Eu não queria mais. Um dia pedi para a gente dar um tempo. O homem surtou, pegou a TV e jogou longe, gritava, quebrava as coisas. Aí pegou no meu pescoço e me jogou contra o sofá. Bati a cabeça, mas comecei a gritar, chamando a vizinha, pedindo socorro. Quando minha mãe chegou, ele estava tentando me sufocar. Dizia que, se eu não fosse dele, não ia ser de ninguém, que ia me matar.

No México, as mulheres colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver TV, e o cara não batia

Fabbi Silva, pedagoga.

Como você sobreviveu a essa agressão?

Minha mãe tirou ele de cima de mim e me levou embora. Até voltei, mas não queria mais. Consegui um terreno, um fogão, e, no dia 1º de janeiro de 2006, falei que estava saindo de casa. Ele não acreditou. Quando ele saiu para trabalhar, tirei tudo que era meu e fui embora. Ele ia atrás de mim, dizia que eu estava jogando fora um homem correto porque eu não aceitava rédeas, como se eu fosse uma égua. Fiquei desempregada, fui trabalhar como camelô, mas tinha passado na faculdade e isso me deu um gás. Me mudei para meu barraco de madeira, que chovia mais dentro do que fora, e foi a melhor decisão da minha vida.

Quando você sentiu que precisava ajudar outras mulheres?

Na graduação, resolvi trabalhar com as mulheres do Parque das Missões. Decidi fazer roda de conversa, mas me achava o suprasumo do conhecimento. No primeiro encontro, uma delas perguntou: “Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?”. Tentei fazer o encontro umas três vezes, mas não consegui. No primeiro foram muitas mulheres, no segundo diminuiu e no terceiro não foi ninguém. Quando contava que passei pela violência doméstica, mudava “caramba, e você conseguiu?”, mas vi que tudo que passei não era um terço do que elas passam. Primeiro porque eu não tenho filho. Passei dificuldade, mas não passei fome. Tinha uma mãe que me incentivou a estudar e me ajudou muito. São diferenciais. Tenho noção do meu privilégio.

Como você conseguiu emplacar as rodas, então?

Tive que repensar. Vi que as crianças da comunidade tinham deficiências, falta de cuidado, muito também por conta da violência em casa. Então comecei a fazer um trabalho de leitura com elas, o “Apadrinhe um Sorriso”, e me reaproximei das mães. Anos depois, fui ao México num encontro de lideranças comunitárias. Lá vi o trabalho que mulheres estavam fazendo. Elas colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver televisão, e o cara não batia. Quando voltei, chamei uma reunião com as mães das crianças.

Daquela vez elas toparam?

Trouxe uma lembrancinha, um chaveiro vermelho de uma santa que protege as mulheres. Conte sobre o trabalho que vi, como tinha ficado impactada. Disse que a presença delas nos encontros impactaria no desenvolvimento dos filhos, mostrei um vídeo sobre violência intrafamiliar e o impacto na vida das crianças. E aí pedi para elas falarem. Quer falar sobre filhos? Violência no território? Marido ou filho preso? Dificuldade de entrar no ônibus porque tá gorda? Ou querem falar da violência sexual que sofrem pelos companheiros? Vamos falar de tudo, e a gente vai exercitar a confiança e o que falar aqui, não vai falar para ninguém.

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também.

Fabbi Silva, pedagoga.

Você usou a estratégia dos lenços vermelhos?

A gente usa uma coisa que não é o lenço, é o Whatsapp mesmo (*risos*). Temos um grupo, e quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona. Por exemplo: um dos maiores agressores hoje é parceiro do trabalho, participa das rodas e não bate mais. Eu chamo para conversar: “Vocês falam que a criança não quer aprender, mas já pararam para pensar que ver essa briga todo dia interfere no desenvolvimento dela? Já pararam para refletir sobre isso?” A mudança não é da noite pro dia, é fruto de muito trabalho, um trabalho delas. Eu motivo, mas elas que fazem.

Que tipo de resultado as rodas têm produzido?

É possível vencer a violência com afeto e escuta. É criar uma rede, deixar elas falarem. Muitas conseguiram sair de relacionamentos abusivos. Teve uma mãe achando normal o que o marido fazia com a filha porque ela já tinha passado por aquilo, até ela falar “opa, a gente não precisava passar por isso”. Tenho amor pelo “Apadrinhe um sorriso”, mas tenho paixão pela “Roda de mulheres — Apadrinhe um sorriso”.

É um cotidiano de muita violência. Enquanto pedagoga, como lida com isso?

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também. Mas a história que mais me chocou foi a de uma menina de 13 anos que foi morar com o cara de 28, engravidou e cinco dias depois de parir, ele quis sexo. Ela

estava de resguardo, toda cheia de ponto. Ela acordou com o olho roxo, toda machucada, ponto destruído, porque ele a estuprou desacordada. São essas as verdades que não estão nos livros. Não tem autor que explique como é trabalhar isso.

Você encara esse trabalho como uma forma de feminismo?

Esse é o feminismo possível, não é o feminismo branco, que não chega na favela. Falar que somos todas “vadias”, isso não dialoga com a realidade dessa mulher. É preciso pensar na violência que atravessa a favela, a impossibilidade da denúncia porque a polícia não vem até o agressor, o policial que diz que ela vai voltar para o companheiro mesmo “porque é safada”, equipe médica que diz “você apanha sempre, por que está chorando?”. É uma violência que perpassa o racismo estrutural, falta de empatia. O que mais ouço é sobre violência obstétrica, uma das coisas que mais me impacta, médico que bate na cara, sobe na barriga... Esses relatos surgem na roda e são trabalhados com poesia, empatia. As relações de confiança geram um impacto, temos uma rede que possibilita a continuação desse trabalho.

As meninas também participam?

As mães levam porque entendem que é importante. Temos uma de 14, outra de 13 e uma de 11. Tem gente que diz: “Mas vai falar sobre esses assuntos na frente delas?”. Meu amor, elas ouvem coisas muito piores. A infância da menina preta e da favela tem data para acabar porque a violência atravessa esse corpo.

A roda mudou a vida delas?

Queria muito que, na época em que passei pela violência, tivesse o que tenho hoje. Talvez não tivesse chegado ao enforcamento que me deixou sequelas fortes. Não consigo ter um relacionamento. Se eu não tivesse tido força de gritar pela vizinha, se ela tivesse ouvido o marido que mandou não se meter e se a minha mãe não tivesse conseguido empurrar um homem duas vezes o tamanho dela... Mas eu tive essas mulheres. E lembra daquela menina lá atrás que perguntou se eu tinha sido estuprada? Fez o Exame Nacional

para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (**Encceja**) e conseguiu sair daquela relação.

Por Constança Tastch

Projetos da polícia lideram prêmio de combate à violência contra a mulher

Seis iniciativas de diferentes estados brasileiros receberam, na quarta-feira (11), o Selo de Práticas Inovadoras de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres, prêmio concedido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Avon.

[\(Universa, 13/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

São ações que reforçam a luta para diminuir os alarmantes dados da violência de gênero no Brasil: segundo levantamento do Fórum publicado em setembro, uma mulher é vítima de feminicídio a cada três horas, uma é agredida em contexto doméstico a cada dois minutos, e uma é estuprada a cada dez minutos.

Veja, abaixo, as iniciativas premiadas:

Botão do assédio

A Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte elaborou uma campanha de combate à importunação sexual no transporte coletivo e uma das criações é o botão do assédio, um dispositivo nos tablets que ficam nos painéis dos ônibus. O botão é acionado pelo motorista, quando perceber ou for informado

de que uma mulher está sendo assediada. A ação emite um alerta para que a polícia intercepte o ônibus.

Aplicativo para mulheres em risco

Desenvolvido pelas polícias civil e militar da Paraíba, o programa Mulher Protegida consiste na entrega de aparelhos celulares, em que está instalado o aplicativo SOS Mulher, a vítimas de violência doméstica consideradas de alto risco pelos policiais. Por meio desse aplicativo, a mulher pode acionar os órgãos de segurança rapidamente quando se encontrar em uma situação de violência doméstica com risco de feminicídio.

Pesquisa e investigação criminal sob a perspectiva de gênero

A Acadepol (Academia de Polícia do Estado de São Paulo) criou um programa de pesquisas e cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais civis do estado de São Paulo para incluir a perspectiva de gênero nas investigações criminais, principalmente quando se trata de homicídios de mulheres e feminicídios. O principal objetivo é produzir conhecimento específico sobre a maneira como esses casos devem ser apurados.

Bordado contra a violência

A Polícia Militar de Minas Gerais elaborou o projeto Mulher Livre de Violência para estimular que mulheres vítimas de agressões possam ter uma fonte de renda por meio da costura e do bordado. As peças, em sua maioria bolsas e necessários, são feitas com tecidos provenientes das fardas doadas por policiais e bombeiros militares. A ideia é que os bordados falem da realidade das próprias mulheres, com mensagens de força e união.

Direitos no parto

Projeto do MPF (Ministério Público Federal) do Amazonas, o Comitê de Enfrentamento à Violência Obstétrica no Amazonas faz campanhas para conscientizar mulheres sobre seus direitos antes, durante e depois do parto.

Também articula políticas públicas para garantir o tratamento digno às mulheres na hora em que dão à luz. O comitê pressionou o poder público pela aprovação de uma lei sobre implantação de medidas de proteção contra violência obstétrica nas redes pública e particular do estado.

Violência doméstica e saúde da Família

Iniciativa do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) do Ministério Público do Estado de São Paulo, o projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família capacita agentes comunitárias de saúde para que ofereçam um atendimento qualificado a vítimas de violência doméstica, além de levar informações às comunidades para prevenir o problema.

Em evento na Alesp, especialistas criticam falta de ação integrada em casos de violência doméstica

Nesta segunda-feira, 9, um [seminário organizado pelo mandato da deputada estadual Marina Helou \(Rede-SP\)](#) reuniu, em uma mesa, três especialistas em violência doméstica para expor suas ações dentro dos órgãos em que trabalham voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Elas criticaram a falta de um serviço que centralize essas ações e que é necessária uma mobilização entre sociedade civil, setor público e privado.

[\(Catrata Livre, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Durante a discussão, foram levantadas questões que envolviam o atendimento local não só após a denúncia, mas antes, como forma de

conscientização para prevenir e fazer com que a mulher se sinta mais à vontade para falar estando em um ambiente familiar, como a sua própria casa.

O evento ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo em parceria com o Consulado do Canadá e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A abertura contou com a presença de Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Dina Thrascher, representante do Consulado Geral do Canadá em São Paulo, e da deputada Marina Helou.

Já a mesa de debate foi composta pela policial canadense Stephanie Ashton, que trouxe sua experiência especializada no atendimento em casos de violência doméstica no [Canadá](#), pela comandante Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e idealizadora do programa Guardiã [Maria da Penha](#), e pela psicóloga Mafoane Odara, coordenadora da área de enfrentamento à violência contra as mulheres do [Instituto Avon](#).

Stephanie Ashton, da Real Polícia Montada do Canadá (RCMP)

Stephanie contou que, no Canadá, os sistemas não se conversam, não há uma rede integrada de apoio e supõe que no Brasil isso também aconteça. “Uma das razões pelas quais as respostas legais aos casos de violência doméstica falham é porque nossos sistemas (criminal, familiar, civil, proteção infantil, imigração) operam separadamente em busca de objetivos diferentes”, disse.

Uma questão que ela acredita que precisa ser resolvida é: o que podemos fazer quando a vítima de violência doméstica quer voltar para o agressor? Já que, como ela mesma explica, não é fácil terminar um relacionamento quando ainda existe sentimento.

Não há um crime específico de violência por parceiro íntimo no Código Penal do Canadá, mas, o que existe, abrange condutas como agressão, violência sexual, ameaças e homicídio.

Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM)

A comandante Elza Paulina endossou o discurso: “Uma das razões de falha para que as ações não se fortaleçam é justamente a falta de entrosamento, de comunicação, é a dificuldade que os vários organismos têm de se falar, de confrontar ações e informações para que a gente possa se fortalecer”, disse.

O programa Guardiã Maria da Penha foi criado em 2014 e atua na fiscalização da medida protetiva expedida pela Justiça e encaminhada ao Ministério Público. Até março deste ano, [atendeu 1.437 casos](#), segundo a Prefeitura de São Paulo.

Elza elogiou a [Casa da Mulher Brasileira](#), que tem atendimento integrado, mas afirmou que ainda precisam existir ações que possam ir até a mulher e não só iniciativas em que ela tenha que ir até as ações.

“A Casa da Mulher Brasileira é uma casa com vários órgãos trabalhando, então nós temos a Polícia Civil, o Ministério Público, a Defensoria, Tribunal de Justiça, a sociedade civil organizada, a Prefeitura de São Paulo e a GCM. Isso, para nós, é o que seria o ideal em toda a ação, em toda atribuição que o governo pudesse oferecer para essas ações de enfrentamento da violência contra a mulher”, opinou.

A comandante também falou do desafio de discutir temas sobre violência de gênero em um ambiente predominantemente masculino como é a GCM. “Como trazer essa discussão para dentro da minha casa antes de prestar assessoria fora dela? Cuidar do cuidador. Eu preciso que esse cuidador esteja mais próximo para não ter uma série de comportamentos inadequados”, acrescentou.

Ela destacou três pontos importante do programa Guardiã Maria da Penha. “Quando o programa vai até a casa dessa mulher, ele promove um sentimento: ‘A administração pública está vindo até minha casa’. Porque até aquele momento, todas as ações que ela tinha que fazer, ela tinha que se deslocar até a administração. Quer seja no Distrito Policial, quer seja no hospital, não importa: ela se desloca.”

“Ela sente: ‘Alguém está pensando em mim, alguém me viu’. O primeiro passo para ela entender que é uma pessoa de direitos está ali naquela ação. A gente passa um pouco da fiscalização ao agressor para o cuidado com a mulher em situação de violência. Então a gente acaba fazendo duas coisas ao mesmo tempo”, explicou.

O programa também desperta na vizinha dessa mulher que recebe a fiscalização da medida protetiva da guarda civil a consciência de que se acontecer com ela, também poderá contar com a guarda e denunciar o crime, avalia Elza.

Em terceiro, é a responsabilidade consciente do território. “Quando a viatura chega, às vezes o padeiro, às vezes o borracheiro, ele chega e fala para o guarda: ‘Eu não quero me envolver com isso não, mas eu vi o homem rondando a casa dela’. É uma responsabilidade consciente que nós precisamos despertar na sociedade. A sociedade precisa entender que, em briga de marido a mulher, se mete a colher.”

Mafoane Odara, do Instituto Avon

Mafoane Odara revelou que a empresa em que trabalha não queria falar sobre violência doméstica até que uma funcionária foi vítima de [feminicídio](#) e então foi criada uma política de coalizão empresarial pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas.

A psicóloga comentou que o país junta pessoas que pensam igual com objetivos diferentes. “Quando a gente vai para uma manifestação, hoje, no Brasil, por mais que pareça que exista uma narrativa por trás dessa mobilização, é uma multidão de uns. As pessoas saem de casa com um cartazinho. Nas fotos mostram isso: ‘Eu sou uma universitária sem emprego, me dê um emprego’. Mas a manifestação é por creches. E isso dificulta porque a gente não tem um objetivo comum”.

“Como é que se trabalha coletivamente? Quando a gente conversa. O grande problema é que a colaboração, a articulação é que faz esse negócio acontecer. O que a gente não pode deixar de fazer é se isentar da responsabilidade de ser um mobilizador de recursos para a sociedade civil”,

acrescentou.

Para ela, os homens não falarem sobre os sentimentos é um grande problema. “Não se fala sobre emoção, não se fala sobre sentimento.” Deu exemplos de que quando um homem vê outro partindo para a violência, agredindo alguém, eles respondem com violência, querem apartar a briga com mais agressão. Que a parceira, quando quer conversar e o parceiro não, ele a deixa falando sozinha.

Ela também reforça que tratamos o problema como caso de polícia, mas que a violência doméstica e o feminicídio são a ponta do iceberg, o último estágio. Que deveria haver atendimento psicológico antes de qualquer sinal de violência, e o assunto, ser tratado como questão de saúde pública e não de polícia. Mas que faltam políticas e respostas eficazes.

“A violência não é só física. Não é responsabilidade da polícia investigar a violência psicológica. A violência psicológica deveria ter sido percebida antes. Isso é caso de saúde. Tem uma série de coisas que a gente não está conseguindo ver e a gente responsabiliza lugares que não são os responsáveis. A gente tem que, primeiro, identificar a violência psicológica porque é isso que mata as mulheres.”

Campanha #ElaNãoPedi

Nenhuma mulher “pede” para apanhar. A culpa nunca é da vítima. A campanha [#ElaNãoPedi](#), da Catraca Livre, tem como objetivo fortalecer o enfrentamento da violência doméstica no Brasil, por meio de conteúdos e também ao facilitar o acesso à rede de apoio existente, potencializando iniciativas reconhecidas. Conheça a nossa plataforma exclusiva.

Por Jéssica Lima

Lei torna obrigatória notificação à polícia de atendimento de caso de violência contra a mulher na saúde

Serviços de saúde públicos e privados são obrigados, pela nova lei, a comunicar à autoridade policial indícios de violência contra a mulher

[\(Agência Senado, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Foi publicada nova lei, nesta quarta-feira (11), que obriga profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia, em 24 horas, indícios de violência contra a mulher. A lei se originou do Projeto de Lei (PL) 2.538/2019 (na Câmara) ou [PLC 61/2017](#) (no Senado), que havia sido vetado ([Veto 38/2019](#)) pelo presidente da República, Jair Bolsonaro e, no fim de novembro, teve o veto derrubado pelo Congresso Nacional. A lei entra vigor em 90 dias.

De iniciativa da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), a nova lei estabelece que a comunicação obrigatória à autoridade policial deve ser feita no prazo de 24 horas para, além de serem tomadas as providências cabíveis, também ser registrada para fins estatísticos. A regra vale para serviços de saúde públicos e privados.

Inicialmente, o projeto pretendia acrescentar essa previsão à Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)), mas a relatora no Senado, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), decidiu elaborar um substitutivo, deslocando a medida para a [Lei 10.778, de 2003](#), que já regula a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. A providência, explicou Maria do Carmo, foi tomada para afastar questionamentos quanto à juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Quando vetou a iniciativa, o presidente justificou que o projeto contrariava o interesse público, ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu

consentimento e ainda que não haja risco de morte mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde. No entendimento do governo, a medida “vulnerabiliza” ainda mais a mulher, já que, nesses casos, o sigilo seria fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor. Mas deputados e senadores discordaram da posição do governo.

Qual o impacto dos discursos machistas de políticos no combate à violência doméstica

Especialistas ouvidas pelo HuffPost Brasil afirmam que apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre retórica de representantes do Executivo e aumento da violência, é preciso atenção às políticas públicas.

[\(HuffPost, 09/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”, disse o ministro da Justiça, [Sergio Moro](#), em solenidade dos 13 anos da [Lei Maria da Penha](#), em 7 de agosto.

Em 6 de julho, em meio à crise ambiental envolvendo queimadas e desmatamento na Amazônia, o presidente [Jair Bolsonaro](#) disse que “o Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”. Foi também nesse contexto que o ex-deputado comentou a aparência da primeira-dama francesa, [Brigitte Macron, comentário reforçado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes](#).

Ao longo de 2019, [Bolsonaro também saiu em defesa do jogador de futebol Neymar](#) quando ele foi acusado de estupro e disse a jornalistas que “todo

mundo gostaria de passar uma tarde com um príncipe, principalmente vocês, mulheres” ao comentar agenda com o príncipe da Arábia Saudita Mohammed bin Salman, suspeito de ordenar o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi.

Após falar que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay, em abril, o presidente Bolsonaro também disse que “quem quiser vir aqui [no Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”.

As declarações semelhantes também encontram espaço no Legislativo. No auge da crise do PSL, o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) afirmou [“nós somos que nem mulher traída. Apanha, mas volta para o seu aconchego”](#).

Elas [declarações] interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres.

Professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Femicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha

A alguns metros da Esplanada dos Ministérios, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, por sua vez, defendeu que não se divulgassem dados de feminicídio na região. A unidade da Federação passa por uma alta nesse tipo de crime. Em 2019, foram registrados 31 casos na capital, de acordo com o [G1](#), recorde desde 2015, ano em que a Lei do Femicídio foi sancionada.

O cenário de [violência contra mulher](#) no Brasil é de superlativos. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017, considerado o maior registro em dez anos.

A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

Já as estimativas de casos de estupro no Brasil variam entre 300 mil a 500 mil casos por ano, devido à subnotificação. Em 2018, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, País atingiu o recorde de registros. Foram 66 mil vítimas, o equivalente a 180 por dia — maior número deste tipo

de crime desde que o relatório começou a ser feito, em 2007.

Na avaliação de especialistas em violência doméstica e contra a mulher ouvidas pelo HuffPost Brasil, devido ao amplo alcance, discursos como estas de representantes do Executivo e do Legislativo são, têm um impacto simbólico que dificulta a concretização de mudanças necessárias na sociedade brasileira para combater esse tipo de violação.

“Essas declarações são super sexistas porque estão vinculadas a uma sociedade profundamente patriarcal e racista e elas interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres. Cria uma resistência ao combate à violência contra as mulheres. Cria uma resistência à credibilidade das mulheres, às denúncias quando elas vão numa delegacia”, afirma a professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Feminicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha.

A especialista também critica a minimização desse tipo de conduta. “O uso desse discurso, mesmo que do ponto de vista da brincadeiras, de querer ser lúdico, é um desserviço às mulheres brasileiras”, aponta.

É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa.

Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo)

Para Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo), as falas reproduzem o pensamento de grande parte da população e indicam a necessidade de “continuar trabalhando pela criação e efetivação de políticas públicas e pela mudança de mentalidade, do reconhecimento de quão inaceitáveis são essas circunstâncias”.

“É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente

uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa”, diz.

A pesquisadora também entende como prejudicial não haver uma separação por parte desses políticos do uso pessoal para a representação institucional.

“O comportamento dessas lideranças nas redes sociais é um exemplo disso, de não separar o que é opinião pessoal numa rede pessoal privada para conversar com pessoas que você conhece de ser um chefe de Estado e lidar com redes sociais como alguém investido num cargo público para dizer opiniões e não argumentos.”

Foi justamente nas redes sociais que Bolsonaro falou sobre Brigitte Macron. Em agosto, um seguidor fez um comentário em uma publicação de Bolsonaro utilizando uma montagem em que Michelle Bolsonaro e Brigitte Macron são comparadas: “Entende agora porque Macron persegue Bolsonaro?”, dizia texto da imagem.

O seguidor postou a imagem com a frase nos comentários escrevendo “é inveja presidente do Macron, pode crê”. O ex-deputado respondeu, dizendo “não humilha cara. Kkkkkkk”, dando a entender que valida a sugestão de que a beleza de Michelle seria o motivo pelo qual o Macron o “persequiria” durante a cúpula do G7, evento que acontecia à época.

Mesmo após o início da repercussão negativa do episódio, Bolsonaro declarou que não iria se desculpar com a primeira-dama da França pois não havia a ofendido. Mas logo depois o comentário foi deletado das redes sociais.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pondera que discursos como este não são uma surpresa e que o efeitos de declarações como estas são muito complexos na prática.

Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo”, diz, ao citar episódios anteriores do mandatário como quando disse que a deputada Maria do Rosário não “merecia ser estuprada” ou quando disse que teve quatro filhos e “deu uma fraquejada” na quinta e nasceu uma menina. “Então cabe lembrar que ele expressa uma misoginia, ou um machismo, que é socialmente aceita.”

A antropóloga afirma que, com a chegada de Bolsonaro à presidência, estes discursos ganham uma força simbólica. “É muito grave que o governante seja orgulhoso de sua ignorância e de sua brutalidade, e o que é certo é que suas políticas podem ter efeitos bem piores - como por exemplo, a liberação de posse de armas certamente deve aumentar os casos de feminicídio, assim como outros tipos de violência”, aponta.

Após Bolsonaro editar, neste ano, oito decretos que ampliam o porte e a posse de armas de fogo, [Thaylize Rodrigues Orsi](#), representante do Ministério da Justiça afirmou em audiência pública na Comissão da Mulher na Câmara realizada em outubro deste ano, [que não há evidências de que a liberação de armas aumente a violência contra mulheres](#).

Porém, o [Mapa da Violência 2016](#) mostra que o Estatuto do Desarmamento foi responsável por poupar 160.036 vidas desde 2003. Entre 1993 e 2003 os homicídios com arma de fogo cresceram 7,8% ao ano, até atingir 36.115 mortes. Seguindo esta progressão, em 2012, o número deveria ser de 71.118 vítimas fatais de disparos, mas foram registradas 40.077 mortes.

“O maior problema é que legitimar frases misóginas reforça a brutal desigualdade de gênero. Não conseguimos saber se isso ‘impacta’ diretamente na violência contra mulher, pois é bem difícil medir aumento de violência e quais as suas causas - a violência sempre tem muitas causas”, lembra a antropóloga, ao citar que a violência institucional têm se agravado no governo.

“Embora caiba lembrar que ela não é uma novidade, mas infelizmente um padrão que se relaciona a desigualdade social e de direitos”, aponta.

No entendimento das especialistas, apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre as falas e mudanças nas políticas públicas, é preciso atenção às ações do Executivo. “O que me parece que mais impacta na desigualdade e violência de gênero - contra mulheres, mas também contra pessoas LGBT - é também o desmonte de políticas sociais e preventivas. A Secretaria Especial para Mulheres perdeu seu papel, ao virar parte de uma suposta política de Direitos Humanos que, na verdade, não defende os direitos humanos”, aponta Heloisa Buarque de Almeida.

Rosane Borges, doutora em Comunicação e Linguagem pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e estudiosa sobre questões raciais, concorda que, quando gestores públicos têm esse tipo de postura, eles “sancionam pelo discurso práticas violentas já existentes na sociedade”.

“A reafirmação dessas visões, que são preconceituosas e estereotipadas, funcionam como se fossem pura nitroglicerina”, diz Borges. “E as ações violentas precisam ter alguma rubrica institucional discursiva. É por isso que a gente tem que tomar muito cuidado com o que a gente diz sobre o outro.”

Para a professora da USP, a imprensa tem um fator fundamental quando divulga estas falas não só ao noticiar, mas ao localizar o que ela significa por meio de dados e contexto.

“Embora o que ela [imprensa] tenha que divulgar o que eles dizem, é preciso também que forme a opinião pública. Então, é fundamental que ela traga outras vozes, demonstre por meio de indicadores e de números como o feminicídio é um derivado também de práticas discursivas, porque contrabalancear esses discursos institucionais é um papel fundamental da imprensa”, aponta.

Por Andréa Martinelli e Marcella Fernandes

Mulheres indígenas recebem apoio comunitário para enfrentar violência doméstica na Reserva de Dourados

Sem policiamento, seis homens indígenas criam grupo de segurança para ajudar mulheres a romper silêncio e a denunciarem seus algozes

[\(O Progresso Digital, 04/12/2019- acesse no site de origem\)](#)

Sem policiamento e considerada a região mais perigosa para mulheres indígenas do País, a Reserva Indígena de Dourados deu o primeiro passo para combater a violência doméstica. Seis homens, liderados pelo cacique geral, o terena Izael Morales Terena, ajudam mulheres da aldeia a romperem o silêncio e a denunciarem seus algozes. Todo o trabalho é voluntário e sem nenhuma ajuda de custo do poder público. Juntos, eles formam a Polícia Comunitária formada por homens das três tribos existentes na Reserva: a terena, Guarani e Kaiowá.

Do próprio bolso, as lideranças tiram os recursos necessários para custear as “rondas”, as visitas nas casas, o socorro as vítimas e o transporte delas até a Delegacia da Mulher, na área urbana da cidade. Não há posto policial fixo no local e as forças de segurança pública só entram no local quando são acionados pelas lideranças, ou seja, quando o crime já aconteceu. O protocolo seguido pelas autoridades é que por ser uma terra indígena é preciso de autorização para a entrada. No local vivem 17 mil moradores, número que supera mais de 40 municípios de Mato Grosso do Sul em termos de população.

De acordo com o cacique Izael, inúmeras são as dificuldades no caminho das mulheres vítimas de violência em direção à denúncia. “Muitas delas não

rompem o silêncio por medo de ameaças, por causa dos filhos e por não terem onde morar. Mas também existem aquelas em que denunciam, mas voltam atrás, livram os maridos e ainda voltam a morar juntos. Há muitas medidas protetivas na Reserva, mas muitas mulheres acabam procurando o marido de volta para morar junto. Isso faz com que o agressor se empodera em relação a vítima porque ele tem a certeza da impunidade. A consequência pode custar a vida da vítima”, avalia.

Cacique Izael orienta mulheres indígenas a quebrarem o silêncio.

O cacique relata ainda que ainda falta conhecimento das mulheres em relação a Lei Maria da Penha e consciência por parte delas de que a violência precisa ser denunciada e os autores precisam responder na Justiça por seus atos. Outro problema é a falta de estrutura. “Não temos muitas pessoas dispostas ao trabalho voluntário, tendo em vista que as famílias dependem de trabalho remunerado para sobreviver. Também estamos aguardando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado cumpra a promessa de destinar carros para atuarmos na reserva. A guerra contra a violência doméstica só não está perdida na Reserva porque somos brasileiros e não desistimos nunca”, lamenta.

São em salas do Escritório das Tribos Unidas, em frente a Escola Tengatú Marangatu, na Aldeia Jaguapiru, onde os atendimentos são feitos. “Há dias que forma fila ai na frente. Nós orientamos as mulheres e caso elas queiram, as levamos para fazer denúncia. Aqui a gente tenta ajudar de todas as formas possíveis. Aconselhamos e corremos atrás de ajuda para que elas possam recomeçar a sua vida sem violência”, explica.

O terena Valdemir Ribeiro é pastor e membro do grupo comunitário. Além de palestras, ele vai nas casas, fala sobre a Lei Maria da Penha e intervém quando é chamado. “A gente leva até pedrada dos agressores. Mas o mais importante é salvar vidas. Várias vezes tivemos que parar as brigas, imobilizar o agressor, colocar dentro do nosso carro até a chegada da Polícia. É uma luta diária”, considera, observando que os principais motivos de agressão dentro da Reserva é o uso de álcool, de droga e da situação de vulnerabilidade social.

Quando as mulheres vencem o medo e decidem procurar as autoridades, novos obstáculos aparecem. O primeiro deles é a distância em até a única Delegacia de Atendimento à Mulher da cidade, localizada a mais de 8 quilômetros da Reserva. Segundo as lideranças indígenas, os ônibus circulam em poucos horários e por rotas limitadas. Por essa razão, para se chegar até o local as vítimas dependem basicamente de seus próprios veículos, motos, carroças e bicicletas. Senão, a alternativa é ir a pé por um trajeto que leva no mínimo uma hora e 40 minutos para ser percorrido e inclui estradas de terra e rodovias. O sinal fraco de celular e Internet também não ajuda as vítimas na Reserva.

Segundo dados do Dourados, a segunda maior cidade sul-mato-grossense, tem dados alarmantes: além de figurar como o segundo município brasileiro com os maiores registros de todos os tipos de violência contra as mulheres indígenas, lidera o ranking do abuso sexual contra elas no país, com 31 casos em 2017. Eles são cerca de metade de todas as ocorrências registradas no Estado naquele ano. Desde 2012, é a cidade onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil.

De acordo com o Ministério Público Federal, há uma discriminação das autoridades no tratamento a população indígena. Conforme a Procuradoria informou em recente encontro com lideranças, se um crime é cometido dentro dos limites de uma Aldeia ou Reserva Indígena, seja roubo, furto, violência doméstica ou assassinato, os moradores não encontram respaldo junto às autoridades policiais que, na maioria das vezes, ignoram o chamado alegando falta de combustível, de viatura, de efetivo ou até mesmo falta de segurança.

A Procuradoria avalia ainda que as lideranças das comunidades, por falta de opção, acabam desempenhando o papel dos investigadores, fazendo rondas, identificando os autores dos delitos e prendendo-os por conta própria. Só aí a Polícia entra em cena, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos próprios indígenas. E a situação não é recente: desde 2012, o MPF atua judicialmente para que as Polícias Civil e Militar cumpram a obrigação de prestar atendimento emergencial às aldeias da região Sul do Estado.

Para o MPF, a população também é tratada com “indiferença hostil”. Tal

descaso estatal reflete nos índices de violência. Com base nos dados oficiais, entre 2012 e 2014, o Brasil teve taxa média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, a taxa foi de 26,1. Entre os indígenas de MS este número sobe para 55,9. Já os indígenas da Reserva de Dourados enfrentam uma taxa de homicídios de 101,18 por cem mil habitantes. Os indígenas da região de Dourados morrem por homicídio a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas de MS.

Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena

Vitima de violência desde criança, a terena Dorcas Machado Daniel, 27 anos, diz que nunca teve sorte na vida. Ao O PROGRESSO ela contou que as dificuldades começaram quando aqueles que deveriam protegê-la eram seus algozes. A situação de pobreza extrema fez com que a mãe a abandonasse. Passou a se esconder do pai, que tentava abusar sexualmente da menina.

Aos 14 anos conheceu um jovem que ela pensou que mudaria sua vida para melhor. Ao contrário disso, ela foi cruelmente violentada. Para que não denunciasse, a família do jovem fez com que ele se casasse com ela, com a promessa de que ela seria feliz. Nada mudou. Foram 13 anos de agressões que sofria tanto do marido quando dos familiares dele.

“Vadia, era como ela me chamava. Se a comida não estava do jeito que ele queria era surra. Se eu reclamava que ele me roubava todo o dinheiro do meu trabalho para sustentar o vício em drogas, ele me batia. Até os pais dele me batiam por mero prazer. Até hoje tenho marcas no peito de surras que levei”, revela.

Há um mês ela decidiu por um ponto final nas humilhações que sofria. “Ele gastou todo o meu dinheiro com mulheres. Ele não me respeitava e além de me espancarem, os familiares dele começaram a tentar abusar de minha filha, de 13 anos”, conta.

Depois de procurar ajuda nas lideranças da Reserva, disse que a vida mudou. “Eles me ajudaram em tudo para que eu pudesse criar meus filhos de forma digna e longe de agressões. Ainda há muito o que fazer, pois não posso trabalhar e deixá-los sozinhos, mas hoje voltei a ter esperança, graças ao trabalho da Polícia Comunitária”, revela, ressaltando que desconhecia sobre

a Lei Maria da Penha, até procurar ajuda com as lideranças.

Dorcas disse que temeu a morte. “Eles me ameaçou muito, tentou voltar e por último agora disse que virou crente. Não posso colocar em risco a minha vida e nem a dos meus filhos. Não quero nunca mais passar por tudo o que durante tanto tempo. Só quero vida nova”, avisa, enfatizando que muitas mulheres vivem ente estupros e surras na Reserva.

Associação capacita vítimas ao mercado de trabalho

A terena Lenir Paiva Flores Garcia decidiu dar um basta na violência que sofreu por anos com uma atitude nobre. Depois de quase ter um dos dedos decepados numa das brigas que teve com o ex-marido, ela se separou e criou a Associação de Mulheres Indígenas de Dourados. A entidade existe desde 2001 e de lá para cá já ajudou dezenas de mulheres que precisam de ajuda.

Lenir de Paiva, presidente da AMID

Lenir conta que no local são oferecidos cursos de fabricação de sabonetes, tapetes e artesanato indígena. O objetivo é qualificar as mulheres para que elas possam ter renda extra e recomeçarem suas vidas longe dos agressores. “Muitas mulheres indígenas vem até mim porque foram espancadas pelos maridos. Temos conscientizado de que hoje as mulheres contam com a Lei Maria da Penha, que foi uma importante ferramenta contra a violência. Hoje os maridos sabem que poderão responder pela agressão.

Atualmente a Associação conta com cerca de 70 mulheres que aprendem nova profissão e são responsáveis por disseminá-la a outras indígenas. “Nossa meta é garantir que todas as vítimas de violência tenham condições de se auto sustentarem para não dependerem mais dos maridos. A dependência é um dos fatores que gera medo e fazem com que elas se calem diante da violência”, afirma.

Lei não contempla especificidades da mulher indígena e violência é subnotificada, diz promotor

Atuante em Dourados no enfrentamento da violência doméstica, o promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, avalia que a lei Maria da

Penha não contempla as especificidades da mulher indígena e que os casos de violência são subnotificados. Segundo o promotor, é preciso um estudo antropológico e cultural para saber como essa lei está chegando nas aldeias. “Saber se está havendo uma mudança cultural e de comportamento que desconstrua esse sistema patriarcal e machista é algo relevante. É importante ter dados para que se possa afirmar que a lei ta sendo eficiente naquilo que ela almeja que é proteger a mulher, punir o agressor e fazer com que a família seja protegida desses malefícios que causam a violência doméstica”, explica.

Izonildo alerta que de modo geral a violência é um importante problema de saúde pública da atualidade. “Todas as mulheres podem sofrer violência, não importa a raça, idade, classe social ou grau de escolaridade. Em Dourados, especificamente nas aldeias indígenas urbanas, verifica-se uma acentuada fragilidade feminina e um tratamento preconceituoso às mulheres. A Lei Maria da Penha, infelizmente, não contempla as especificidades da mulher indígena. A comunidade, quando se depara com a violência contra a mulher, em grande medida, busca soluções internas para a solução do conflito. Isso decorre, muitas vezes, pela imposição cultural machista às mulheres. Por outro lado, infelizmente, as mulheres indígenas têm outras lutas como a saúde, educação, emprego, dentre outras e a violência doméstica acaba ficando para trás. Os desafios são muitos, mas há muita coisa sendo feita na prevenção e combate à violência contra a mulher indígena. Nesse enfrentamento é preciso considerar o trabalho conjunto das instituições públicas: o Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Atendimento a Mulher, Polícia Militar, Guarda Municipal, Subsecretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres, Conselhos Municipais e a rede de proteção”, enfatiza.

Em relação as características das vítimas, o promotor “as vítimas são mulheres de todas as idades, que procuram as autoridades por causa da violência física e psicológica. “Elas vão lá porque apanharam ou levaram um tapa, mas quando estão sendo ouvidas em juízo revelam que essas agressões já ocorrem a muito tempo. Nos casos de violência psicológica, muitas são impedidas de sair de casa ou trabalhar. O agressor também se revela em casos de jovens e idosos, a maioria de baixa escolaridade e dependentes de

álcool e outras drogas ilícitas”, revela.

Izonildo explica que no combate a violência doméstica, o papel do Ministério Público é apurar os fatos junto a Delegacia de Atendimento à Mulher, fiscalizar toda a rede de proteção e poder o público, bem como reivindicar políticas públicas. Em relação aos desafios, ele diz que é preciso a união de esforços para se levar de fato a lei Maria da Penha às aldeias. “Apesar de várias iniciativas como a da Defensoria Pública e Subsecretaria dos direitos da Mulher em distribuir cartilha sobre o combate a violência doméstica em língua guarani é preciso mais força para se levar a lei nas aldeias. Isso exige uma análise bem cuidadosa pois a comunidade vive numa cultura diferente. Além do machismo, em muitos casos as vítimas são socorridas com remédios caseiros e as forças policiais acabam não sendo acionadas. Por essa razão, a violência, em grande número física e sexual, é subnotificada”, ressalta, salientando a importância de unir forças para garantir a eficácia da lei e das medidas protetivas, tendo em vista as dificuldades de se afastar o agressor de casa, no caso de uma reserva indígena.

Denúncias nas aldeias caem e delegado destaca rede de proteção

Enquanto o número de denúncias entre as mulheres da área urbana de Dourados aumenta, as queixas na Reserva Indígena diminuem. É o que mostram dados da Polícia Civil. De janeiro a novembro a Delegacia Regional de Dourados registrou 81 queixas vindas das aldeias, 7 a menos do que o contabilizado no mesmo período do ano passado.

Para a liderança indígena Fernando de Souza, o recuo pode estar associado ao medo e a falta de condições da mulher indígena de recomeçar a vida longe do agressor. O servidor público acredita que através da mobilização de agentes de saúde na Reserva para combater a violência doméstica pode ser uma alternativa importante para incentivar as denúncias. Conforme ele, a aproximação do agente com a comunidade pode levar informações importantes as mulheres indígenas. “A partir do momento em que a informação sobre a lei Maria da Penha chegar de forma mais intensa nas aldeias, as mulheres serão encorajadas a romper o silêncio, que hoje tem matado”, analisa.

Por outro lado, o número de denúncias de não indígenas tivera aumento leve na delegacia de Polícia Civil. Foram 1.275 denúncias de janeiro a novembro desse ano contra 1.217 no mesmo período do ano passado.

No enfrentamento a violência contra a mulher, o delegado regional de Dourados, Lupércio Degerone, destaca ferramentas importantes em Dourados como a Delegacia Especializada. “A mudança de sede da DAM, que migrou da até central da cidade para uma região bem populosa e também porque a delegacia se aperfeiçoou, se dotou de melhor estrutura e pode prestar um melhor atendimento, rápido, preciso e eficaz. Tudo isso porque a nova estrutura garantiu acesso a elas, tendo em vista a localização privilegiada, em área bastante conhecida no bairro Água Boa, um dos mais populosos da cidade. Além disso, a nova sede oferece salas individualizadas, o que evita qualquer constrangimento para as vítimas”, destaca.

Outro fator positivo para se incentivar as denúncias é a integração dos órgãos de segurança. “A agilidade do Ministério Público e do poder Judiciário, principalmente nos mandados de prisão, que são rapidamente cumpridas pela Delegacia da Mulher são fatores positivos. Fatores como esse faz com que o agressor perceba que há celeridade e resposta por parte do Estado. As campanhas feitas pelos órgãos de segurança também têm incentivado às mulheres a denunciarem”, salienta.

O agressor também não tem acesso a vítima, quando é detido. Outro facilitador é o atendimento psicológico para as mulheres e a sala específica da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que tem orientado as vítimas sobre seus direitos e garantindo maior segurança.

Vítima não consegue retirar queixa

Há oito anos, a Polícia Civil de Dourados, num entendimento com o Poder Judiciário e Ministério Público decidiu-se que a mulher vítima de violência não consegue retirar a queixa na delegacia contra o agressor, que também não consegue se livrar das grades por meio de fiança. Todas as denúncias são levadas ao conhecimento do Judiciário, porque no entendimento local o “espírito teleológico da lei não cabe fiança”. “ Isso tudo porque as mulheres

acabam sendo vítimas duas vezes porque muitas vezes eram elas que pagavam a fiança do agressor”, diz Degerone.

Rede de enfrentamento

Criada em 2015 no município de Dourados a rede de enfrentamento, formada por diversos órgãos públicos de proteção, ajudam a empoderar as mulheres contra os agressores. Trata-se de uma série de serviços e ações voltados para garantir a aplicação da Lei Maria da Penha.

A rede é formada pela Delegacia da Mulher, Programa Viva Mulher, Defensoria Pública, 13^a Promotoria de Justiça e 4^a Vara Criminal. Em qualquer um desses serviços que a vítima procurar, ela ingressará na rede de atendimento com serviços psicossociais que visam ajudar no que for preciso para que ela garanta sua integridade. Mais recentemente a rede ganhou a parceria do Estado e do Hospital Universitário que, através do projeto “Sala Lilás”, garante que vítimas de estupro receba atendimento de saúde, psicológico, de assistência social e policial, tudo num único espaço.

Viva Mulher

Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, criado em 27 de novembro de 2001, é um serviço de acolhida que oferece acompanhamento psicossocial e jurídico, por meio da Defensoria Pública de Defesa da Mulher, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O Objetivo do serviço é possibilitar que a vítima se torne protagonista de seus próprios direitos. A unidade fica localizada na Rua Hiran Pereira de Matos, 1520, Vila Mary.

Por Valéria Araújo

Mais de 1,2 milhão de mulheres sofreram violência no Brasil entre 2010 e 2017

Dados foram divulgados na segunda-feira pela recém-lançada plataforma EVA, do Instituto Igarapé; aumento das ocorrências foi de 297% para brancas e 409% para negras

[\(O Globo, 25/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — Carolina (nome fictício), hoje com 40 anos, ficou casada por mais de uma década com um homem que, da porta para fora, parecia acima de qualquer suspeita. Dentro de casa, proibiu a **mulher** de trabalhar e de estudar e a afastou dos amigos. Quando ela insistiu em continuar a carreira, começaram os insultos.

— Ele me chamava de vagabunda, me xingava, dizia que ia me deixar sem nada. No começo, fazia isso só entre nós, depois começou a me agredir na frente da minha filha, da pessoa que trabalhava em casa. Ele foi ficando mais e mais agressivo, até o dia em que me agrediu. Minha filha (*então com 6 anos*), que estava dormindo, acordou, me tranquei com ela no quarto e só saí para ir à delegacia.

Carolina fez exame de corpo de delito e conseguiu medida protetiva, mas ainda vive sob ameaças.

— Fiquei marcada, dolorida, mas o pior foi o emocional. Eu já vivia **agressões** psicológicas há dois anos. Era enlouquecedor, um terror constante.

A dor de Carolina é um exemplo da violência praticada diariamente contra a mulher — e, na maior parte das vezes, por alguém próximo à vítima.

Para registrar esse e outros tipos de agressão e contribuir para a implementação de políticas públicas de combate ao crime contra a mulher, foi lançada ontem, [Dia Internacional para Eliminação da Violência contra Mulheres](#) , a **plataforma EVA** (Evidências sobre Violências e Alternativas

para Mulheres e Meninas), do **Instituto Igarapé** .

De acordo com os dados compilados pelo think tank, ao menos 1,23 milhão de mulheres foram atendidas no sistema de **saúde** brasileiro vítimas de violência entre 2010 e 2017. E o **agressor** é, em 90% dos casos, uma pessoa próxima da vítima — 36% das vezes, o próprio parceiro.

Nesse mesmo período, as notificações de violência contra mulheres brancas aumentaram 297%. No caso das mulheres negras, o cenário é ainda mais grave: 409%.

Agressões a mulheres, Segundo a plataforma EVA



1,23 milhão
de mulheres vítimas
de violência
entre 2010 e 2017



17 mil

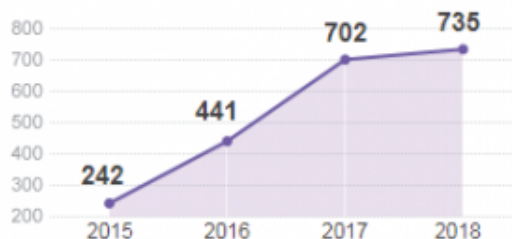
foram mortas entre 2015 e 2018

Aumento da violência entre 2010 e 2017

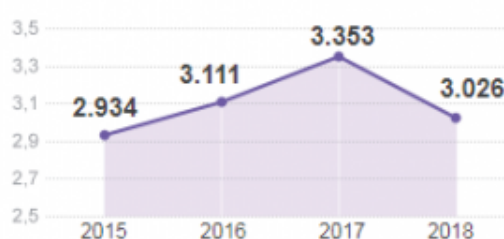
297%
contra mulheres
brancas

409%
contra mulheres
negras

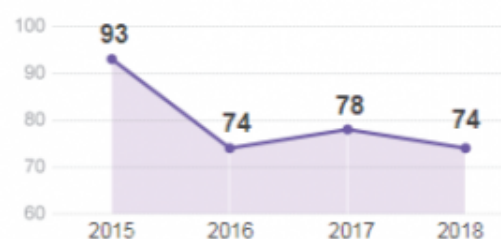
Feminicídio (casos)



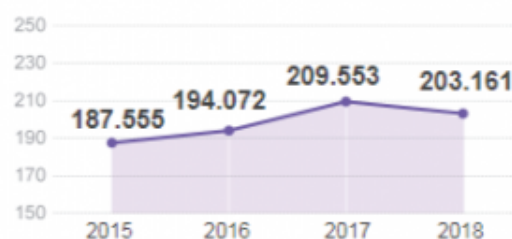
Homicídio doloso



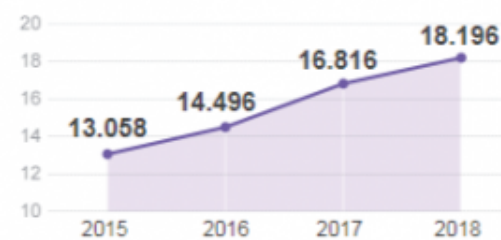
Lesão corporal dolosa seguida de morte



Lesão corporal

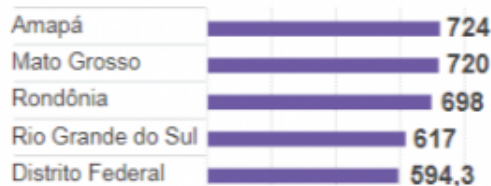


Estupro

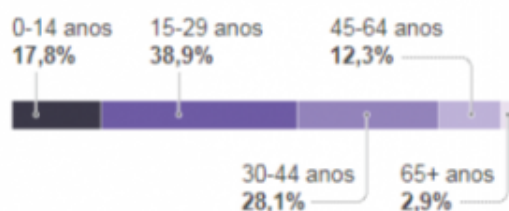


Violência física por unidade da Federação

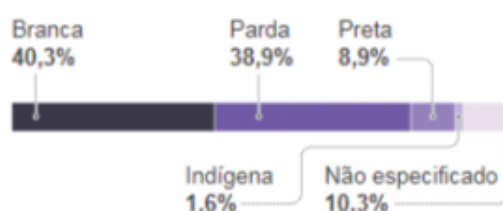
(em 2018, por 100 mil/hab)



Agressão por faixa etária (2017)



Agressão por etnia (2017)



*Nem todos os estados brasileiros ofereceram informações sobre todos os tipos de violência
**Dados oficiais da Saúde e Segurança Pública

Não é possível afirmar se o crescimento reflete com precisão o aumento da violência ou se também é resultado da maior visibilidade dada ao tema.

— Houve melhora nas notificações. O que tem acontecido é um despertar para essas questões. As pessoas estão desnaturalizando violências que antigamente se consideravam normais — afirma a pesquisadora sênior do Instituto Igarapé, Renata Avelar Gianinni.

O perfil dos crimes muda quando se faz o recorte por etnia. No Rio de Janeiro, 64% das [vítimas de feminicídio](#) eram negras, assim como 62% das vítimas de homicídios dolosos, 58% das vítimas de tentativas de homicídio, 57% de quem sofreu tentativa de estupro e 56% das que foram estupradas. Já as brancas foram 55% das vítimas de difamação, 54% das vítimas de ato obsceno, 54% de quem sofreu constrangimento ilegal e 53% das vítimas de assédio sexual.

A pesquisadora Deise Benedito, especialista em gênero e relações raciais, destaca que, pelo “processo histórico com que se construiu o Brasil, não podemos deixar de levar em consideração a violência contra as mulheres indígenas, vítimas de inúmeras violações”. E, hoje, o fato de a maioria das vítimas ser de mulheres negras, “pobres, responsáveis pela manutenção da casa e dos filhos”.

— Para essas mulheres, tudo é negado. O corpo das mulheres negras secularmente foi algo a ser violado, desprovido de qualquer respeito. — afirma Benedito. — Os dados oficiais apontam para um problema de saúde pública gravíssimo, e as informações e a divulgação desses dados são de fundamental importância para que providências sérias sejam tomadas.

As mulheres são a maioria das vítimas de todos os tipos de violência: física (73%), patrimonial (78%), psicológica (83%) e sexual (88%). Em 2017, a física foi a principal forma de violência registrada no sistema de saúde contra mulheres, com 59% das ocorrências, seguida da psicológica (26%), sexual (14%) e patrimonial (1%).

Na questão da violência sexual, um dado que chama a atenção é o de que, quando as vítimas são mulheres adultas, cerca de metade dos crimes é

cometida por pessoas conhecidas delas. Em meninas de até 14 anos, que são as maiores vítimas desse tipo de crime (56%), os perpetradores são, em 65% dos casos, pessoas com quem elas tinham alguma ligação; 30% das vezes, um parente.

A plataforma EVA é um banco de dados que reúne informações sobre violência contra as mulheres não só no Brasil, mas também no México e na Colômbia. Juntos, os três países concentram 65% dos assassinatos de mulheres em toda a América Latina, considerados os números absolutos. No Brasil ocorrem 37% dos casos de **feminicídio**. A intenção do instituto é expandir sua atuação para todos os países da região.

Deserto de dados

O projeto esbarra, porém, no que as pesquisadoras chamam de “deserto de dados”. Além do já conhecido problema da subnotificação dos casos de violência, ainda falta uma base equivalente com dados oficiais de todos os estados.

Pelo menos dois estados brasileiros não disponibilizaram nenhuma informação, seja das notificações de Saúde ou das ocorrências da Segurança Pública, para a plataforma: PiauÍ e Goiás. Já o Amazonas enviou dados apenas da capital, Manaus. Os dados sobre etnia, por exemplo, foram liberados por apenas quatro estados.

— O principal achado da plataforma é a falta de dados. São muitas lacunas. E sabemos que é muito difícil fazer política pública sem dados.

A promotora de Justiça especialista em direitos das mulheres Gabriela Manssur afirma que ainda há uma enorme subnotificação. Segundo ela, mulheres de classe média e média alta em situações de violência se calam por medo, frustração e falta de apoio. Já as mulheres negras não têm oportunidade de inclusão e acesso ao sistema de Justiça como as brancas. Além disso, “há uma descrença das mulheres no sistema de Justiça”.

Apesar disso, Gabriela Manssur afirma que houve queda na subnotificação, de 65% na época da implantação da Lei Maria da Penha para em torno de

40% atualmente.

— O Brasil é um país que culturalmente não se preocupa com dados estatísticos. Eu mesma não me preocupava e, quando pleiteava políticas públicas, não tinha como demonstrar a necessidade delas, foi a partir daí que comecei a fazer micropesquisas para mostrar a realidade e pleitear as políticas necessárias — afirma a promotora. — A falta de dados atrapalha, mas o que me preocupa mais é o aumento da violência contra a mulher. Não podemos transformar a vida das mulheres em números. Precisamos transformar a possibilidade de elas viverem num compromisso de todo o sistema de Justiça e da sociedade.

Por Constança Tatsch

Segundo dia do XI Fonavid aborda perspectivas contemporâneas sobre violência doméstica

Confira todos os temas e palestrantes.

[\(TJSP, 06/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com o tema “Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência doméstica contra a mulher”, o XI Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid) teve seu segundo dia de atividades nesta quarta-feira (6), no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo. Pela primeira vez na capital paulista, o evento recebeu público em geral, também em caráter inédito, nos dois primeiros dias de atividades. Além de magistrados e integrantes de equipes multidisciplinares, o público de 350 participantes também contou com promotores, advogados,

profissionais da Educação, de ONGs, de centros de acolhimento e integrantes da Polícia. O objetivo dessa diversidade é ampliar os debates e valorizar perspectivas contemporâneas de abordagem sobre o assunto.

Abertura dos trabalhos

As atividades da manhã começaram com a conferência “Alianças estratégicas: setores público e privado unidos para o fim da violência de gênero”, com falas introdutórias dos desembargadores Francisco Eduardo Loureiro, diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp; e do juiz Ariel Nicolai Cesa Dias, presidente do Fonavid. Seguiram palestras das conferencistas Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, e Mafoane Odara, do Instituto Avon.

Luiza Trajano detalhou as ações de sua empresa para coibir casos de violência doméstica entre os funcionários, como o Canal da Mulher, rede de comunicação interna de denúncias e encaminhamento para advogado, psicólogo e assistente social. “A contribuição é constante nos canais, inclusive dos homens. Também lideramos uma campanha digital com apoio de mídia espontânea, encorajando todas e todos a denunciar”, contou. Já Mafoane Odara trouxe exemplos de sua experiência de 11 anos no combate à violência doméstica na Avon, como a criação de comitê e canal interno com uma série de políticas, desde acompanhamento psicológico e jurídico, até fundos de emergência.

Na sequência, o painel “Humanidade, cadê? Educação, gênero e equidade” teve a participação da juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves, assessora da Presidência do TJSP, como debatedora e a juíza Madgéli Frantz Machado (TJRS) como mediadora de quatro painelistas: Denise Alves Freire, psicóloga e consultora educacional; Beatriz Acciolly, antropóloga; Maria Carolina Marques Ferracini, da ONU Mulheres; e Mariana Braga Neves, psicóloga da Unesco.

Denise Freire delineou um histórico da violência e o papel da educação no combate às manifestações violentas. Beatriz Acciolly criticou o que definiu como “campo minado político moral brasileiro nos últimos anos” e disse que ideologia de gênero é uma falácia - por utilização equivocada como instrumento de doutrinação. Maria Ferracini abordou a dimensão da violência doméstica contra mulheres em plano global e regional, o fenômeno do casamento infantil como forma de violência - “uma em cada quatro meninas se casa antes de completar 18 anos no Brasil” - e a utilização do marketing social para combate à violência. Mariana Neves apresentou Relatório de Monitoramento Global da Educação, publicado anualmente, com os compromissos de países sobre o tema. Para fechar, a juíza Camila

Gonçalves fez uma síntese e conclusão das quatro exposições. “Ideologia de gênero não existe, o que existe é gênero como uma categoria de identidade social. No plano interamericano dos direitos humanos, do qual o Brasil faz parte, o País assumiu, por instrumento normativo, o compromisso de educar para combater estereótipos de gênero nas escolas, como algo importante para enfrentar a violência doméstica no plano nacional. Já no plano internacional e jurídico, há uma relação direta entre a educação de combate a estereótipos desde a primeira infância e o fim da violência doméstica contra a mulher.”

No intervalo, o juiz Mario Assunção Filho apresentou os quatro atores do programa “Palhaços sem Juízo”, que já funciona nos fóruns Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, e de São Miguel Paulista. A proposta é traduzir o ambiente formal do Judiciário para a linguagem das crianças por meio de interações lúdicas de improviso com os frequentadores dos fóruns.

Sob mediação da juíza Teresa Cristina Cabral Santana (TJSP), o painel “Gênero, violência e comunicação social: o papel (de)formativo da imprensa” teve como debatedor o juiz Álvaro Kálix Ferro (TJRO). “Abordar a equidade de gêneros de maneira interdisciplinar é importante para conseguirmos entender o que é essa categoria de análise que nos conta muito sobre o que é a violência contra a mulher, um problema grave e complexo”, disse a juíza. A jornalista Marisa Sanematsu levantou pontos sobre como o judiciário pode contribuir para qualificar a cobertura da imprensa e o debate público sobre a violência de gênero. Logo depois, Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, fez um treinamento para magistrados se comunicarem de maneira eficiente por meio da imprensa, a fim de evitar incompreensões. A advogada Claudia Luna fechou o painel com proposições e conceituação histórica para o entendimento das dinâmicas de relações sociais no contexto do racismo no Brasil.

Painéis e apresentações

No período da tarde Patricia Villela Marino, do Instituto Humanitas360, promoveu a palestra “Tecendo a Liberdade”, em que abordou o tema do encarceramento de mulheres no Brasil e falou sobre o programa “Empreendedorismo atrás e além das grades”, que busca reinserção social de ex-presidiárias por meio da cooperativa “Lili”.

O painel “O espelho no escuro: alteridade, gênero e interseccionalidades” foi mediado pela juíza Jacqueline Machado (TJMS) e teve a também juíza Rafaela Caldeira Gonçalves (TJSP) como debatedora. Primeira a falar, a socióloga Suelaine Carneiro, do Instituto da Mulher Negra, propôs uma reflexão sobre estereótipos e estigmas atribuídos a meninas e mulheres negras na sociedade. Na sequência, falou Neon Cunha, publicitária e ativista, mulher

trans, negra e ameríndia. Neon abordou as diversas identidades de gênero e as diferentes definições, não restritas ao conceito de orientação sexual. Já o professor de Direito da FGV Dimitri Dimoulis defendeu que a interseccionalidade é que deve ser considerada como categoria mais relevante do Direito em relação ao ordenamento jurídico, entre outros pontos.

Por fim, a juíza Rafaela Caldeira sintetizou o painel. “O aumento dos índices de feminicídio, a partir da tomada de consciência de normalização e normatização, já é um início para construção de julgamentos nos processos de gênero e raça. A violência de gênero institucional existe e nós, agentes do estado, mesmo que involuntariamente, reproduzimos isso. Cabe a nós evitar e coibir todas as práticas que reforçam a violência.”

O evento seguiu com a apresentação pela atriz Edna Ferri de um caso real de violência doméstica, mas de superação, em que a vítima se livrou do relacionamento abusivo e hoje está bem. A vítima - Jéssica Aronis, modelo - abdicou de vida privada, trabalho, amigos e família e passou a lidar com xingamentos e humilhações, evoluindo para agressões físicas e abusos. A modelo conseguiu escapar da situação e se recuperar com o apoio de uma terapeuta e uma psiquiatra após meses de tratamento.

O último painel, com o tema “Feminicídio sob a mira: educação é o alvo”, teve a mediação da juíza Adriana Ramos de Mello (TJRJ) e a participação do juiz José Henrique Torres (TJSP) como debatedor.

A advogada Maria Sylvia Oliveira iniciou o debate falando sobre racismo estrutural, que determina a precariedade da vida das mulheres negras e aumenta a exposição à violência. Logo depois, Rosane Borges, professora da USP, pesquisadora e ativista, convocou todos e todas a pensar questões a partir dos dados macroestruturais para entendermos o feminicídio. A última painelist, Silvia Pimentel, professora de Direito da PUC-SP tratou do tema “Educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência contra a mulher”.

Para encerrar o dia de palestras complexas que abordaram inúmeros aspectos do tema, o juiz José Henrique Torres proferiu, nas palavras da mediadora, um “discurso inspirador”. “Quando falamos de feminicídio, estamos nos referindo às assimetrias de poder nos espaços públicos”, disse ele. “Precisamos de uma educação libertadora, que incentive a autonomia e a criticidade, que promova a ética e a humanidade, que discuta a questão de gênero, que enfrente a ideologia patriarcal. Mas a educação não basta. Precisamos de programas eficientes de planejamento familiar e políticas públicas de igualdade de gênero.”

Mais fotos no [Flickr](#)